450 QUESTÕES

COM RESPOSTAS

FCC E OUTRAS INSTITUIÇÕES



SÓ QUESTÕES

TRT-4

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA

- Língua Portuguesa
- Matemática e Raciocínio lógico
- Noções de Legislação
- Noções de Direitos Humanos
- Noções de Informática
- Noções de Direito Constitucional
- Noções de Direito Administrativo e de Administração Pública
- Noções de Orçamento Público
- Noções de Gestão de Pessoas

apostilas opção

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- Questões gabaritadas.
- Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Adquira aqui sua apostila completa

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

TRT-4

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

GABARITANDO
450 Questões Gabaritadas

ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA

EDITAL Nº 1/2026

CÓD: OP-156OT-26
7901204405123

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa 5
2. Matemática e Raciocínio lógico 51
3. Noções de Legislação 61
4. Noções de Direitos Humanos 75
5. Noções de Informática 91
6. Noções de Direito Constitucional 103
7. Noções de Direito Administrativo e de Administração Pública 119
8. Noções de Orçamento Público 135
9. Noções de Gestão de Pessoas 153

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

ÍNDICE

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (FCC - 2025)

Só quem tem alma pode contar o tempo

Mais um ano está começando neste janeiro, e de novo a maior parte da humanidade vai ignorar aquela pequena parcela de realistas desencantados – também chamados de cínicos – que aponta a arbitrariedade dos inícios e dos fins numa linha do tempo em que todos os dias são iguais. Acontece que, nesse caso, a maioria tem razão Quem diz que todos os dias são iguais não leva em conta a necessidade humana de contar histórias a fim de dar sentido à escala desmesurada e opressiva – numa palavra, inumana – do tempo cósmico.

Como observa o crítico Frank Kermode no livro "O Sentido de um Fim", cabe às histórias que inventamos, com seus marcos temporais atravessados de cultura, dar sentido ao intervalo entre início e fim, transformando Chrónos, o tempo infinito e amorfo dos gregos, em Kairós, o momento cheio de significado.

A palavra "ano" descende do prefixo grego "amphi", isto é, "em torno, à volta". Isso faz do ano um parente distante de outros termos em que está presente a ideia de círculo, de algo que circunda, que envolve por todos os lados – como ambiente, anfiteatro e anel, entre outros. "Janeiro" deve seu nome ao deus romano Jano, entidade de duas caras, capaz de olhar ao mesmo tempo para o passado e para o futuro – ou para dentro e para fora, o que explica que a palavra "janela" seja outra de suas filhas.

Eis por que sabemos que tem raízes profundas em nossa alma, indo muito além de modismos midiáticos, o frenesi que nessa época nos leva a passar em revista o ano que se encerra, tentando apurar seu saldo de altos e baixos, ao mesmo tempo que fazemos listas de "resoluções" bem-intencionadas – que, na maior parte das vezes, já estarão desmoralizadas antes do Carnaval.

(Adaptado de: RODRIGUES, Sérgio. ***Folha de S.Paulo****, 1º de janeiro de 2025*

Quem **diz** que todos os dias são iguais não **leva** em conta a necessidade de contar histórias para que a passagem do tempo **ganhe** sentido.

Estará preservada a adequada articulação entre os tempos e os modos verbais da frase acima caso se substituam as formas sublinhadas, na ordem dada, por:

(A) disser – levaria – ganharia
(B) diga – levasse – tenha a ganhar
(C) dissesse – levaria – viesse a ganhar
(D) tivesse dito – levará – ganhava
(E) dissesse – leve – ganhasse

2. (FCC - 2021)

Atenção: Para responder à questão, baseie-se no texto abaixo.

Duas revoluções da humanidade

Estamos hoje na confluência de duas imensas revoluções. Por um lado, biólogos estão decifrando os mistérios do corpo humano, particularmente do cérebro e dos sentimentos. Ao mesmo tempo, os cientistas da computação estão nos dando um poder de processamento de dados sem precedente. Quando a revolução na biotecnologia se fundir com a revolução na tecnologia da informática, essa fusão produzirá algoritmos de longo alcance capazes de monitorar e compreender nossos sentimentos muito melhor do que nós mesmos, e então a autoridade decisiva passará dos humanos para os computadores.

Nossa ilusão de que detemos uma total e livre capacidade de escolha, a que damos o nome de livre arbítrio, provavelmente vai se desintegrar à medida que nos depararmos, diariamente, com instituições, corporações e agências do governo que compreendem e manipulam o que era, até então, do domínio do nosso inacessíve reino interior.

Isso já está acontecendo no campo da medicina. As decisões médicas mais importantes de nossa vida se baseiam não na sensação de estarmos doentes ou saudáveis nem mesmo nos prognósticos informados por nosso médico − mas nos cálculos de computadores que entendem do nosso corpo muito melhor do que nós. Eles serão capazes de monitorar nossa saúde 24 horas por dia, sete dias por semana. Serão capazes de detectar, logo em seu início, a gripe, o câncer, o mal de Alzheimer, muito antes de sentirmos que há algo errado conosco. Poderão então recomendar tratamentos

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

adequados, dietas e regimes diários, sob medida para nossa compleição física nosso DNA e nossa personalidade, que são únicos.

(Adaptado de: HARARI, Yuval Noah ***21 lições para o século 21. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 74-75***

Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:

(A) Se os cientistas não disporem-se à criar, quem se responsabilizará pelos avanços da ciência?

(B) Caso não lhes detêssemos a tempo, os obscurantistas de sempre continuariam a administrar a ciência.

(C) Atribue-se nos avanços da biotecnologia a razão da obsolescência de certos tratamentos médicos.

(D) No último simpósio de biotecnólogos, alguns não conviram de assumir as novas responsabilidades que lhes foram atribuídas.

(E) À medida que se propuserem a cumprir as novas metas da nova ciência, serão reconhecidos por toda a comunidade médica.

3. (FCC - 2024)

As vezes tento imaginar o mundo sem literatura. Eu sentiria falta dos livros nos aviões. Livrarias e bibliotecas teriam espaço de sobra nas estantes (e as minhas não estariam transbordando). A indústria editorial não existida como a conhecemos, nem a Amazon, e não haveria nada em minha mesa de cabeceira quando não consigo dormir à noite.

Tudo isso seria lamentável, mas mal arranha a superfície do que seria perdido se a literatura nunca tivesse existido, se as histórias só fossem contadas oralmente e nunca tivessem sido escritas. Um mundo assim é quase impossível de imaginar. Nosso sentido de história, da ascensão e queda de impérios e nações. seria completamente diferente. A maior parte das ideias filosóficas e políticas nunca teria existido, ou teria sido esquecida, porquanto a literatura que deu origem a elas não teria sido escrita. Quase todas as crenças religiosas desapareceriam com as escrituras em que foram expressas.

A literatura não é apenas para os amantes dos livros. Desde que surgiu, há 4 mil anos, ela moldou a vida da maioria dos seres humanos que vivem no planeta Terra.

(Adaptado de: PUCHNER, Martin. O mundo da escrita. Trad. SOARES. Pedro Maia. São Paulo: Companhia das Letras. 2019

Quase todas as crenças religiosas desapareceriam com as escrituras em que foram expressas. Substitui adequadamente a expressão sublinhada:

(A) nas quais

(B) as quais

(C) das quais

(D) sobre as quais

(E) cujas as quais

4. (FCC - 2026)

Atenção: Considere o poema "O desfecho", de Machado de Assis, para responder à questão.

Prometeu[1] sacudiu os braços manietados[2]
E súplice pediu a eterna compaixão.
Ao ver o desfilar dos séculos que vão
Pausadamente, como um dobre de finados.

Mais dez, mais cem, mais mil e mais um bilhão,
Uns cingidos de luz, outros ensanguentados...
Súbito, sacudindo as asas de tufão,
Fita-lhe a águia os olhos espantados.

Pela primeira vez a víscera do herói,
Que a imensa ave do céu perpetuamente rói,
Deixou de renascer às raivas que a consomem.

Uma invisível mão as cadeias dilui;
Frio, inerte, ao abismo um corpo morto rui;
Acabara o suplício e acabara o homem.

(Adaptado de: MACHADO de Assis. Poesias completas. São Paulo: Todavia, 2024)

É invariável quanto a gênero e a número a palavra sublinhada no seguinte verso:

(A) Uma invisível mão as cadeias dilui.

(B) Uns cingidos de luz, outros ensanguentados.

(C) Pela primeira vez a víscera do herói.

(D) Que a imensa ave do céu perpetuamente rói.

(E) Pausadamente, como um dobre de finados.

5. (FCC - 2024)

Atenção: Para responder a questão a seguir, leia o trecho de Vidas Secas, de Graciliano Ramos.

A família estava reunida em tono do fogo, Fabiano sentado no pilão caído, sinha Vitória de pernas cruzadas, as coxas servindo de travesseiros aos filhos. A cachorra Baleia, com o traseiro no chão e o resto do corpo levantado, olhava as brasas que se cobriam de cinza.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

1. (FCC - 2023)

O quadro a seguir mostra os preços dos sucos praticados pelo estabelecimento XYZ.

Preços dos Sucos	
Laranja	#####
Uva	R$ 15,50
Maçã	#####
Abacaxi	R$ 13,00
Acerola	#####
Melancia	R$ 12,50
Maracujá	R$ 16,00

Se o preço médio dos sucos de laranja, acerola e maçã é R$ 16,00, então o preço médio dos sucos desse estabelecimento, em R$, é

(A) 15,50
(B) 15,00
(C) 14,50
(D) 13,50
(E) 14,00

2. (FCC - 2022)

Uma escola de ensino médio possui 30 alunos e 5 professores. A idade média dos alunos é de 16 anos e a dos professores é de 34 anos. Um professor acaba de ser contratado e a idade média dessas 36 pessoas passou a ser de 19 anos.

A idade do novo professor é:

(A) 56 anos.
(B) 26 anos.
(C) 35 anos.
(D) 40 anos.
(E) 34 anos.

3. (FCC - 2022)

A média das idades dos professores de Física e de Matemática que participam de uma reunião é 40 anos. A média de idade dos professores de Física é 35 anos, enquanto a média de idade entre os professores de Matemática é 50 anos. A razão entre o número de professores de Física e o número de professores de Matemática participantes da reunião é:

(A) 1
(B) 3
(C) 2
(D) 4
(E) 5

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

4. (FCC - 2021)

Admita que a média móvel diária do número de casos registrados de uma doença seja calculada pela média aritmética simples do número de casos registrados no dia com os números de registros de casos dos quatro dias anteriores. Observe a tabela com os registros diários dos casos de uma doença e da média móvel diária, sendo que x e y representam números inteiros positivos.

	Domingo	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira	Sábado
Número de registros diário	19	26	28	26	31	x	31
Média móvel diária	23	23	24	24	y	27	28

Sabendo que a média aritmética simples de um conjunto de cinco números é igual à soma desses cinco números dividida por 5, na situação descrita, x − y é igual a

(A) –3.
(B) –2.
(C) 0.
(D) –1.
(E) 1.

5. (FCC - 2026)

Considere uma amostra $\mathbf{x_1, \ldots, x_n}$. Sabendo-se que nessa amostra a moda < mediana < média aritmética, então o valor m que minimiza $\sum_{i=1}^{n}(x_i - m)^2$ será

(A) o valor mínimo da amostra.
(B) o valor máximo da amostra.
(C) a mediana amostral.
(D) a moda amostral.
(E) a média aritmética da amostra.

6. (FCC - 2025)

Em uma equipe de remo, o peso de 8 mulheres, em quilogramas, é:

63, 60, 57, 66, 62, 65, 69, 58.

Para se tornar uma equipe mais competitiva, o treinador sugeriu que cada integrante da equipe deveria aumentar sua massa muscular, o que resultaria em um ganho de 2% no peso corporal total, Se todas as 8 mulheres conseguirem atingir exatamente a meta estipulada pelo treinador, o peso médio da equipe, em quilogramas, será de

(A) 60,50.
(B) 63,00.
(C) 62,50.
(D) 61,75.
(E) 63,75.

7. (FCC - 2024)

Considere a tabela abaixo que apresenta a média aritmética e o desvio padrão das notas finais de matemática de quatro turmas de uma escola pública.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO

1. (2026)

A Resolução CNJ nº 400/2021 estabelece diretrizes para a implementação da política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário. Considerando o disposto no artigo 2º, com redação dada pela Resolução CNJ nº 641/2025, os órgãos judiciários devem adotar modelos de gestão organizacional estruturados que promovam o desenvolvimento nacional sustentável. Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta corretamente os fundamentos dessa política.

(A) Priorização exclusiva da economia financeira, independentemente dos impactos sociais e ambientais das atividades institucionais.

(B) Implantação de práticas ambientais restritas à reciclagem, sem necessidade de integração com os processos administrativos.

(C) Centralização das ações de sustentabilidade nas unidades administrativas, dispensando a participação dos demais setores.

(D) Adoção de ações ambientalmente corretas, economicamente viáveis, socialmente justas e inclusivas, culturalmente diversas e inovadoras, pautadas na integridade.

(E) Substituição das políticas institucionais de gestão por iniciativas ambientais isoladas, desde que proporcionem redução imediata de despesas.

2. (2026)

Um tribunal pretende reformular sua política de aquisições para reduzir desperdícios e promover maior eficiência na utilização dos recursos públicos. A administração propõe avaliar a necessidade real das contratações, comparar alternativas disponíveis e considerar os custos envolvidos durante a utilização dos produtos. De acordo com o artigo 2º, § 2º, da Resolução CNJ nº 400/2021, essa iniciativa está diretamente relacionada às ações:

(A) Economicamente viáveis, que buscam a eficiência contínua dos gastos e consideram a real necessidade da contratação e a análise de custo-benefício.

(B) Culturalmente diversas, direcionadas exclusivamente à convivência entre diferentes características e regionalismos.

(C) Socialmente inclusivas, limitadas à ampliação das atividades de integração entre os servidores.

(D) Ambientalmente corretas, cuja finalidade exclusiva é eliminar a utilização de materiais descartáveis.

(E) Inovadoras, que dispensam a análise de custos quando houver disponibilidade de novas tecnologias.

3. (2026)

Durante a implantação de um programa institucional de gerenciamento de resíduos, determinado tribunal estabelece que materiais recicláveis deverão ser separados no local em que forem descartados e posteriormente encaminhados a associações e cooperativas de catadores. Considerando as definições do artigo 3º da Resolução CNJ nº 400/2021, essa prática caracteriza:

(A) Logística reversa, necessariamente realizada mediante devolução dos resíduos aos fabricantes originais.

(B) Gestão documental, destinada à eliminação de documentos administrativos sem valor permanente.

(C) Contratação compartilhada, baseada na aquisição conjunta de bens por diferentes órgãos públicos.

(D) Ponto de equilíbrio, relacionado à quantidade ideal de materiais necessários ao funcionamento institucional.

(E) Coleta seletiva solidária, caracterizada pela destinação dos resíduos recicláveis separados na fonte geradora às associações e cooperativas de catadores.

4. (2026)

O Plano de Logística Sustentável constitui um dos principais instrumentos de planejamento e gestão da sustentabilidade no Poder Judiciário. De acordo com os artigos 4º e 5º da Resolução CNJ nº 400/2021, sua elaboração deve estar alinhada às estratégias institucionais e contemplar mecanismos de acompanhamento dos resultados. Assinale a alternativa correta.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

(A) O PLS tem caráter exclusivamente financeiro e não precisa apresentar indicadores relativos a aspectos sociais ou ambientais.
(B) O PLS deve estabelecer objetivos, responsabilidades, indicadores, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados.
(C) A elaboração do PLS é facultativa para os tribunais que já possuam planejamento estratégico institucional.
(D) O PLS deve ser elaborado independentemente dos demais instrumentos de planejamento e gestão do órgão.
(E) A avaliação dos resultados do PLS deve ocorrer exclusivamente após o encerramento de cada ciclo de planejamento estratégico.

5. (2026)

O artigo 7º da Resolução CNJ nº 400/2021, com alterações promovidas pela Resolução CNJ nº 594/2024, estabelece temas mínimos que devem integrar os indicadores de desempenho do Plano de Logística Sustentável. Considerando essas disposições, assinale a alternativa que apresenta um conjunto de temas expressamente contemplados pela norma.

(A) Arrecadação tributária, julgamento de recursos administrativos, fiscalização previdenciária e gestão eleitoral.
(B) Produtividade jurisdicional individual, remuneração de magistrados, despesas processuais e execução de penas.
(C) Energia elétrica, água e esgoto, gestão de resíduos, qualidade de vida no ambiente de trabalho, equidade e diversidade e descarbonização.
(D) Política monetária, distribuição de receitas municipais, controle cambial e planejamento fiscal.
(E) Segurança nacional, defesa territorial, fiscalização de fronteiras e proteção do patrimônio militar.

6. (2026)

A administração de um órgão judiciário decidiu incluir no Plano de Logística Sustentável um tema adicional aos expressamente previstos na Resolução CNJ nº 400/2021. Para garantir a possibilidade de acompanhamento e avaliação, deverá observar as exigências estabelecidas no parágrafo único do artigo 7º. Nesse caso, os indicadores correspondentes deverão conter:

(A) Apenas a identificação do setor responsável e a estimativa global das despesas administrativas.
(B) Exclusivamente a quantidade de servidores envolvidos e os recursos orçamentários disponíveis.
(C) Somente a descrição das atividades e a identificação da autoridade responsável pela aprovação.
(D) A relação de fornecedores, o número de contratos administrativos e as respectivas datas de vencimento.
(E) Nome, fórmula de cálculo, fonte de dados, metodologia e periodicidade de apuração.

7. (2026)

Um tribunal está organizando o procedimento de revisão de seu Plano de Logística Sustentável. A administração pretende definir a autoridade responsável pela instituição do documento, a forma de publicidade e o intervalo máximo para sua revisão. Conforme o artigo 8º da Resolução CNJ nº 400/2021, assinale a alternativa correta.

(A) O PLS será instituído pela Comissão Gestora, mediante publicação interna, e revisado obrigatoriamente a cada cinco anos.
(B) O PLS será aprovado pelo CNJ, dispensando publicação no sítio eletrônico do tribunal.
(C) O PLS será instituído por ato do Presidente do órgão e publicado em seu sítio eletrônico, cabendo à Comissão Gestora propor revisão a ser promovida pela unidade de sustentabilidade, com apoio das unidades gestoras, no máximo a cada dois anos.
(D) A revisão do PLS dependerá exclusivamente de determinação do Tribunal de Contas da União.
(E) A instituição e a revisão do PLS são competências privativas da unidade responsável pela execução orçamentária.

8. (2026)

O monitoramento das ações de sustentabilidade exige a produção e a divulgação periódica de informações que permitam avaliar os resultados alcançados. De acordo com o artigo 10-A da Resolução CNJ nº 400/2021, incluído pela Resolução CNJ nº 550/2024, o Relatório de Desempenho do Plano de Logística Sustentável deverá:

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

1. (FCC - 2021)

A pesquisa genética foi regulamentada pela Lei Federal no 11.105/2005, a qual foi considerada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado (ADPF 3510). No âmbito do direito internacional dos direitos humanos, a proteção aos recursos genéticos está prevista nos seguintes documentos:

(A) Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e Convenção relativa à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural.

(B) Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas e Convenção sobre a Diversidade Biológica.

(C) Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e Convenção sobre a Diversidade Biológica.

(D) Convenção Americana de Direitos Humanos e Convenção relativa à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural.

(E) Convenção Americana de Direitos Humanos e Convenção sobre a Diversidade Biológica.

2. (FCC - 2025)

De acordo com o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.

(A) são da competência do Tribunal, exclusivamente, os crimes contra a humanidade, o crime de genocídio e os crimes de guerra.

(B) salvo disposição contrária do Estatuto, nenhuma pessoa poderá ser julgada pelo Tribunal por atos constitutivos de crimes pelos quais este já a tenha condenado ou absolvido.

(C) uma pessoa poderá ser considerada criminalmente responsável, nos termos do Estatuto, por uma conduta anterior a sua entrada em vigor.

(D) se o direito aplicável a um caso for modificado antes ou depois de proferida sentença definitiva, aplicar-se-á sempre a nova regra à pessoa objeto de inquérito, acusada ou condenada.

(E) o Tribunal não será competente para julgar as pessoas físicas que praticarem crimes previstos no Estatuto, não as podendo considerar individualmente responsáveis nem as punir.

3. (FCC - 2025)

De acordo com o Estatuto de Roma - promulgado pelo Decreto nº 4.388/2002, o Tribunal Penal Internacional **NÃO** terá competência para julgar

(A) crimes de guerra.

(B) o crime de agressão, desde que cumpridas as disposições pertinentes.

(C) o crime de tráfico de drogas.

(D) crimes contra a humanidade.

(E) o crime de genocídio.

4. (FCC - 2021)

A respeito dos tipos de crimes contra a humanidade expressos no Estatuto de Roma, entende-se por

(A) “extermínio” o exercício, relativamente a uma pessoa, de um poder ou de um conjunto de poderes que traduzam um direito de propriedade sobre uma pessoa, incluindo o exercício desse poder no âmbito do tráfico de pessoas.

(B) “escravidão” a privação intencional e grave de direitos fundamentais em violação do direito internacional, por motivos relacionados com a identidade do grupo ou da coletividade em causa.

(C) “tortura” a sujeição intencional a condições de vida, tais como a privação do acesso a alimentos ou medicamentos, com vista a causar a destruição de uma parte da população.

(D) “deportação” o deslocamento forçado de pessoas, através da expulsão ou outro ato coercivo, da zona em que se encontram legalmente, sem qualquer motivo reconhecido no direito internacional.

(E) “gravidez à força” o ato por meio do qual uma dor ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são intencionalmente causados a uma mulher que esteja sob a custódia ou o controle do Estado.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

5. (FCC - 2021)

O Tribunal Penal Internacional

(A) foi criado pela Convenção de Haia e tem atuação suplementar em relação às jurisdições penais nacionais.

(B) não integra o sistema da Organização das Nações Unidas e tem como competência julgar crimes de guerra.

(C) poderá autorizar, em casos excepcionais, a intervenção em conflitos armados para cessar a prática de genocídio.

(D) não sancionará estados ou empresas, limitando sua jurisdição a indivíduos e grupos por eles organizados para prática sistemática de crimes.

(E) contará com instalações próprias destinadas ao cumprimento das penas privativas de liberdade que aplicar.

6. (FCC - 2022)

O término da 2a Guerra Mundial é considerado um marco de especial importância na evolução histórica dos direitos humanos. Em parte, isso se deve ao fato de que, a partir de então,

(A) reafirma-se e consolida-se a noção de soberania nacional como principal instrumento de garantia dos direitos de seus cidadãos.

(B) o indivíduo, como pessoa natural, emerge, ao lado de outros atores, como importante sujeito do direito internacional de direitos humanos.

(C) com a criação da Liga das Nações, todos os países passam a se comprometer ativamente com a observância dos direitos humanos em território nacional.

(D) passa-se a reconhecer, a partir da experiência do holocausto, o caráter universal dos direitos humanos, até então restritos a grupos de pessoas declaradas vulneráveis.

(E) surgem os primeiros tratados internacionais para reduzir os efeitos das guerras sobre a população civil e oferecer proteção para militares capturados ou feridos.

7. (FCC - 2023)

Nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948,

(A) todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos na Declaração, sem distinção, salvo se fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença a pessoa.

(B) ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante, salvo em período de guerra declarada de acordo com as leis de caráter nacional e internacional.

(C) todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países, ainda que a perseguição seja motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

(D) ninguém será mantido em escravidão ou servidão, sendo a escravidão e o tráfico de escravos proibidos em todas as suas formas.

(E) ninguém poderá ser culpado por ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito, admitindo-se apenas a imposição de pena mais grave do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso, se previsto em norma de direito internacional.

8. (FCC - 2024)

De acordo com o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP), com relação aos "trabalhos forçados ou obrigatórios", é correto afirmar que:

(A) serão assim considerados quaisquer trabalhos ou serviços forçados, ainda que façam parte das obrigações cívicas normais.

(B) serão assim considerados quaisquer serviços de caráter militar e, nos países em que se admite a isenção por motivo de consciência, quaisquer serviços nacionais que a lei venha a exigir daqueles que se oponham ao serviço militar por motivo de consciência.

(C) não serão assim considerados apenas os serviços exigidos em casos de calamidade e os trabalhos que fizerem parte das obrigações cívicas normais.

(D) não serão assim considerados quaisquer serviços exigidos em casos de emergência ou de calamidade que ameacem o bem-estar da comunidade.

(E) não serão assim considerados quando se tratar de cumprimento de pena de prisão, prevista na legislação de um país, imposta por um tribunal competente, sendo que as pessoas processadas não poderão receber tratamento distinto das condenadas, não podendo, como regra, delas serem separadas.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. (FCC - 2025)

A funcionalidade do Windows 11 que permite distribuir as janelas na tela em *layouts* predefinidos, por exemplo, em colunas, grades ou áreas de maior e menor destaque, permitindo aproveitar o espaço da tela de maneira otimizada, é a

(A) *Windows Badges*.
(B) *Snap Layouts*.
(C) *Microsoft Grid Layout*.
(D) *Azure Cortana*.
(E) *Windows Copilot*.

2. (FCC - 2025)

No contexto de um Ministério Público que utiliza o Microsoft Windows 11 em suas estações de trabalho, os servidores devem fazer uso adequado dos aplicativos e recursos disponíveis no sistema para garantir produtividade, segurança e conformidade com as normas institucionais. Considerando boas práticas no ambiente público, a ação mais adequada é

(A) utilizar o aplicativo Bloco de Notas ou WordPad para anotar rapidamente informações não sigilosas durante audiências virtuais, evitando o uso de papéis soltos e mantendo o ambiente digital organizado.
(B) alterar configurações avançadas de segurança e permissões administrativas diretamente pelo Editor de Registro do Windows (regedit) para agilizar o acesso a sistemas corporativos.
(C) instalar aplicativos de terceiros para conversão de arquivos processuais em PDF, caso o servidor considere mais prático, independentemente da homologação ou recomendação institucional.
(D) desabilitar atualizações automáticas do Windows Update para evitar reinicializações inesperadas, garantindo maior tempo de operação contínua.
(E) utilizar qualquer conta de usuário local para acessar arquivos processuais em rede, desde que o servidor possua as credenciais da rede institucional.

3. (FCC - 2024)

Para garantir que apenas determinados usuários possam editar um arquivo específico no Microsoft Windows 11, em português, um usuário precisa personalizar suas permissões. Isso pode ser feito clicando

(A) na guia “Arquivo”, depois em “Permissões” e em “Personalizar”.
(B) com o botão direito do mouse no arquivo, selecionando “Propriedades”, navegando até a guia “Segurança” e ajustando as permissões conforme necessário.
(C) na guia “Compartilhar” e na opção “Personalizar Permissões” para configurar as permissões do arquivo selecionado.
(D) na função “Controlar Alterações” da guia “Ferramentas”, após selecionar o arquivo em que deseja alterar as permissões.
(E) com o botão direito do mouse sobre o arquivo, depois na opção “Copiar” e na opção “Autorizar” em uma pasta com permissões configuradas.

4. (FCC - 2024)

Um funcionário do Tribunal do Trabalho utiliza um recurso do Windows 11 para executar aplicativos de forma isolada em um ambiente seguro denominado

(A) Windows Explorer.
(B) Control Panel.
(C) Virtual Desktop.
(D) Device Manager.
(E) Windows Sandbox.

5. (FCC - 2025)

No Windows 10, funcionando em condições ideais, um Analista Judiciário de um Tribunal Regional do Trabalho, estando no *prompt* de comando - cmd executado como Administrador, aplicou *ATTRIB + R* para um dado arquivo porque ele pretende defini-lo como

(A) de sistema.
(B) leitura e gravação.
(C) oculto.
(D) morto.
(E) somente leitura.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

6. (FCC - 2025)

Os computadores utilizados na rede interna de um Tribunal devem estar protegidos contra ataques de malware e acessos não autorizados.

Em máquinas com esse sistema operacional instalado e funcionando em condições ideais, o Windows 10

(A) possui *antispywares,* que são utilizados exclusivamente para remover vírus que já infectaram o sistema, assim esses vírus são neutralizados e não oferecem mais nenhum tipo de ameaça.

(B) oferece o *Windows Defender Antivírus* de forma nativa. Estando no modo ativo, os arquivos são verificados, as ameaças são corrigidas e as ameaças detectadas são listadas nos relatórios de segurança.

(C) oferece segurança nativa para bloqueio de *worms,* um tipo de *malware* que exige interação do usuário para se propagar na rede, como clicar em um *link* ou abrir um arquivo infectado.

(D) dispensa a configuração de um *firewall,* caso já haja um antivírus instalado, pois o antivírus realiza todas as funções de proteção contra acessos não autorizados.

(E) possui um recurso nativo chamado *Defender Shield,* que impede a instalação de qualquer programa malicioso e monitora todas as ameaças. caso esteja executando no modo S.

7. (FCC - 2025)

Sobre a função do Windows Defender Firewall do Windows 10 e o combate a vírus, *worms* e outras pragas virtuais, ele

(A) bloqueia automaticamente a execução de arquivos infectados com vírus ou *worms* no sistema operacional.

(B) impede conexões de rede não autorizadas com base no endereço IP, protocolo ou porta.

(C) remove automaticamente *malwares* detectados em conexões de entrada e saída da rede.

(D) desativa qualquer aplicação que tente acessar a internet sem a permissão do usuário.

(E) é responsável por realizar varreduras completas no sistema em busca de vírus e outras ameaças.

8. (FCC - 2025)

Um Tribunal Regional do Trabalho precisa armazenar documentos sigilosos em uma pasta dentro do sistema Windows 10, instalado e funcionando em condições ideais. Para garantir que apenas usuários autorizados possam acessar e modificar os arquivos já nela inseridos, é necessário configurar corretamente as permissões de segurança da pasta. Para isso, é necessário clicar na pasta com o botão direito do mouse,

(A) acessar Propriedades > Segurança, clicar em Editar... remover usuários indesejados e adicionar apenas os usuários autorizados, ajustando para cada um as permissões, conforme necessário.

(B) localizar e alterar a configuração de Compartilhamento Avançado, desmarcar a opção "Compartilhar esta pasta", garantindo assim que apenas o criador da pasta tenha acesso.

(C) acessar Propriedades > Segurança> Avançado, remover todos os usuários da lista e manter apenas o grupo Administradores, pois estes são os únicos usuários autorizados.

(D) acessar Propriedades, ativar a opção Somente Leitura e, em seguida, alterar as permissões de compartilhamento para "Acesso Público", permitindo que apenas usuários autenticados possam modificá-la.

(E) mover a pasta para a unidade C:\Windows. pois qualquer pasta criada nessa localização herda permissões restritivas por padrão. Em seguida, modificar as permissões na guia Compartilhamento. concedendo acesso apenas aos usuários autorizados.

9. (FCC - 2025)

Ao tentar solucionar um problema de conectividade a um site da internet no Windows 10, aberto e funcionando em condições ideais, um funcionário de um Tribunal acessou o *Windows Defender Firewall* e clicou em Restaurar padrões, fazendo com que ela

(A) permita conexões de entrada de aplicativos que não estejam na lista de aplicativos permitidos quando conectado às redes privadas e públicas.

(B) bloqueie todas as conexões de entrada com aplicativos que não estejam na lista de aplicativos permitidos quando o computador estiver conectado à rede privada.

(C) notifique quando um aplicativo novo for permitido tanto no perfil da rede local quanto na internet.

(D) bloqueia todas as conexões de saída com aplicativos que não estejam na lista de aplicativos permitidos quando o computador estiver conectado às redes públicas.

(E) bloqueie todas as conexões de saída com aplicativos que não estejam na lista de aplicativos permitidos quando à computador estiver conectado à internet.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (FCC - 2022)

Considerando o tema processo legislativo, a manutenção em vigor de Constituição anterior que, porém, perde a sua hierarquia constitucional para operar como legislação comum é conhecida como

(A) desidratação constitucional.
(B) repristinação.
(C) recepção.
(D) desclassificação constitucional.
(E) desconstitucionalização.

2. (FCC - 2022)

Em consonância com as normas constitucionais, trata-se de princípio pertencente às relações internacionais da República Federativa do Brasil:

(A) Liberdade de expressão.
(B) Pluralismo político.
(C) Prevalência dos direitos humanos.
(D) Liberdade de associação.
(E) Livre iniciativa.

3. (FCC - 2022)

Segundo a Constituição Federal, no plano das relações internacionais, a República Federativa do Brasil

(A) tratará as relações com Estados considerados desenvolvidos de maneira privilegiada.
(B) não concederá asilo político a cidadãos originários de Estados com os quais não mantém relação diplomática.
(C) buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
(D) defenderá a ação bélica para solução dos conflitos quando determinada por organismo internacional do qual reconhece a jurisdição.
(E) defenderá a intervenção em outros países para garantir a prevalência dos valores da civilização ocidental judaico-cristã.

4. (FCC - 2022)

Em relação ao texto expresso da Constituição da República Federativa do Brasil, a dignidade da pessoa humana consiste em

(A) direito individual e coletivo.
(B) direito e garantia fundamental.
(C) fundamento da República.
(D) objetivo fundamental.
(E) princípio das relações internacionais.

5. (FCC - 2025)

Considere o seguinte trecho de acórdão do Supremo Tribunal Federal, relativo ao julgamento de pedido de medida cautelar formulado em ação direta de inconstitucionalidade, proposta em face de dispositivos de lei federal que regulamenta a reserva de 20% das vagas oferecidas em concursos públicos federais para candidatos negros:

O fim da vigência da ação afirmativa sem que haja avaliação dos seus efeitos, das consequências da sua descontinuidade e dos resultados alcançados [...] não se coaduna com as promessas constantes na nossa Constituição relativas à construção de uma sociedade justa e solidária, com erradicação das desigualdades sociais e sem preconceito de raça, cor e outras formas de discriminação [...].

As promessas acima referidas estão consignadas na Constituição Federal como

(A) objetivos fundamentais da República.
(B) direitos dos trabalhadores aplicáveis aos ocupantes de cargos públicos.
(C) fundamentos da República.
(D) princípios de regência das relações internacionais da República.
(E) direitos sociais.

6. (FCC - 2026)

Leia o texto para responder à questão.

Atenção: A questão refere-se à disciplina Administração.

A partir da Constituição de 1988, a organização do Estado brasileiro, quanto à forma de governo, é a

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

(A) Confederação.
(B) Oligarquia.
(C) República.
(D) Parlamentarista.
(E) Congressual.

7. (FCC - 2023)

Com base nos Princípios Fundamentais contidos na Constituição Federal,

(A) a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, dentre outros, a soberania e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

(B) são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o
Ministério Público.

(C) a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos princípios da intervenção
e da prevalência dos direitos humanos, dentre outros.

(D) a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos princípios da autodeterminação dos povos e da proibição da concessão de asilo político, dentre outros.

(E) a República Federativa do Brasil buscará a integração social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana das nações, não sendo permitida, contudo, a integração econômica e política desses povos.

8. (FCC - 2024)

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um de seus fundamentos

(A) repúdio ao racismo.
(B) igualdade entre os entes federados.
(C) pluralismo político.
(D) independência nacional.
(E) não-intervenção.

9. (FCC - 2026)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, um Estado Democrático de Direitos deve assegurar:

I. Igualdade.
II. Justiça social.
III. Segurança.
IV. Direitos sociais e coletivos.
V. Desenvolvimento.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) III, IVeV.
(B) Ie IV.
(C) I, III, V.
(D) II, IIIeV.
(E) I, IIeIII.

10. (FCC - 2023)

A solução pacífica dos conflitos é prevista na Constituição Federal de 1988 como

(A) objetivo fundamental.
(B) fundamento da República.
(C) princípio das relações internacionais.
(D) parte do preambulo.
(E) direito e garantia fundamental.

11. (FCC - 2026)

Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre democracia participativa e participação social,

(A) a substituição integral de mecanismos presenciais de participação por consultas digitais atende ao princípio da eficiência administrativa, afastando qualquer discussão constitucional sobre inclusão democrática.

(B) a democracia participativa possui natureza exclusivamente política, não gerando efeitos jurídicos relevantes nem possibilitando controle judicial sobre a extinção de conselhos ou mecanismos de participação por ato administrativo.

(C) a criação e a extinção de conselhos gestores de políticas públicas constituem atos discricionários do Poder Executivo, imunes ao controle judicial ainda que afetem a participação social de grupos vulneráveis.

(D) alterações administrativas que esvaziem espaços de participação social podem ser submetidas ao controle constitucional quando comprometerem a efetividade do direito à participação.

(E) o direito à participação popular previsto na Constituição restringe-se aos instrumentos tradicionais de plebiscito, referendo e iniciativa popular, não abrangendo conselhos de políticas públicas ou orçamento participativo.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. (FCC - 2026)

O controle social é um dos pilares da gestão democrática, permitindo que cidadãos e sociedade civil acompanhem, fiscalizem e influenciem as ações do Estado.

Entre os instrumentos de controle social previstos no ordenamento brasileiro, aqueles que representam um mecanismo institucionalizado de participação cidadã na administração pública são:

(A) os processos de compras públicas conduzidos pelo setor de licitações.

(B) as auditorias internas realizadas exclusivamente pelos órgãos de controle do Executivo.

(C) os Conselhos de políticas públicas com participação de representantes da sociedade civil.

(D) os relatórios internos de desempenho elaborados pelos gestores públicos.

(E) as demandas individuais tratadas no âmbito de processos administrativos disciplinares.

2. (FCC - 2024)

Accountabillity é

(A) o exame de relação entre a implementação de um programa e seus impactos na confiança da empresa e as decisões emitidas por seu gestor

(B) um conjunto de mecanismos e procedimentos que levam os decisores governamentais a prestar contas dos resultados de suas ações, garantindo maior transparência das práticas públicas.

(C) um processo contínuo e iterativo que visa manter uma organização e dar-lhe transparência e integração ao seu ambiente.

(D) um conjunto de métodos e técnicas que estabelecem uma relação de causalidade entre um programa e/ou um projeto e o resultado.

(E) a relação entre os objetivos e instrumentos explícitos de um dado programa e seus resultados efetivos, bem como de propostas e metas alcançadas.

3. (FCC - 2026)

A administração gerencial tem como uma de suas características

(A) o clientelismo.

(B) o autoritarismo.

(C) o favoritismo,

(D) a terceirização de atividades.

(E) o profissionalismo.

4. (FCC - 2026)

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), lançado em 1995, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, sob a coordenação do então Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), liderado por Luiz Carlos Bresser-Pereira, introduziu o conceito de publicização, segundo o qual

(A) deveriam ser ampliados os mecanismos de governança e transparência em relação à atuação da Administração e ao *accountability* dos gestores públicos.

(B) propunha-se a transferência da execução de atividades públicas não exclusivas do Estado, tais como saúde e educação, para entidades não estatais, integrantes do chamado setor público não estatal.

(C) apenas atividades típicas de Estado, nas quais a atuação envolva poderes extroversos ou poder de polícia, deveriam permanecer sob a titularidade e execução direta do Estado.

(D) pretendia-se a ampliação e o fortalecimento das empresas públicas e sociedades de economia mista, para atuação em setores econômicos considerados estratégicos do ponto de vista do desenvolvimento nacional.

(E) a privatização e a desestatização de setores como telefonia e energia elétrica deveriam vir acompanhadas da criação de agências reguladoras públicas, dotadas de autonomia e especialização técnica.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

5. (FCC - 2022)

Duas das diferenças principais entre Administração Pública Gerencial e Administração Pública Societal são:

(A) A Administração Pública Gerencial é um movimento nacional pela reforma do Estado, que se baseia principalmente nos modelos latino-americanos e desconsidera a eficiência administrativa, ajustando a gestão conforme recomendações dos ministérios governamentais, enquanto a Administração Pública Societal tem origem nos movimentos sociais do Sul do Brasil e minimiza a participação social no Estado, procurando estruturar um projeto político que seja condizente com o estado vigente.

(B) A Administração Pública Gerencial tem origem nos movimentos sociais brasileiros, enfatiza a participação social e procura estruturar um projeto político que repense o modelo de desenvolvimento do Estado, a estrutura de seu aparelho e o paradigma de gestão, enquanto a Administração Pública Societal é um movimento internacional pela reforma do Estado, que se baseia principalmente nos modelos inglês e americano e enfatiza a eficiência administrativa fundamentando-se no ajuste estrutural, nas recomendações dos organismos multilaterais internacionais e no movimento gerencialista.

(C) A Administração Pública Gerencial é um movimento internacional pela reforma do Estado, que se baseia principalmente nos modelos inglês e americano, enfatiza a eficiência administrativa e fundamenta-se no ajuste estrutural, nas recomendações dos organismos multilaterais internacionais e no movimento gerencialista. Já a Administração Pública Societal tem origem nos movimentos sociais brasileiros e enfatiza a participação social, procurando estruturar um projeto político que repense o modelo de desenvolvimento do Estado, a estrutura de seu aparelho e o paradigma de gestão.

(D) A Administração Pública Gerencial enfatiza a elaboração de experiências de gestão focalizadas nas demandas do público- alvo, incluindo questões culturais e participativas, enquanto a Administração Pública Societal enfatiza a adaptação das recomendações gerencialistas para o setor público.

(E) A Administração Pública Gerencial não tem uma proposta de organização administrativa do aparelho do Estado, enfatizando iniciativas locais de organização e gestão pública, enquanto a Administração Pública Societal tem uma organização administrativa do aparelho do Estado que separa as atividades do Estado entre exclusivas e não exclusivas, considerando os três níveis governamentais.

6. (FCC - 2026)

Sobre a evolução da Administração Pública brasileira e das reformas administrativas implementadas no país,

(A) o princípio da eficiência foi introduzido originariamente na Constituição Federal de 1988 desde sua redação inicial.

(B) a Emenda Constitucional nº 19/1998 vedou mecanismos de avaliação de desempenho funcional no serviço público.

(C) a reforma burocrática iniciada na década de 1930 buscou profissionalizar a Administração Pública, combater práticas patrimonialistas e fortalecer mecanismos de impessoalidade e controle administrativo.

(D) o Decreto-Lei nº 200/1967 eliminou integralmente a Administração indireta, centralizando competências na Administração direta federal.

(E) a reforma gerencial da década de 1990 suprimiu o princípio da legalidade administrativa, substituindo-o integralmente pelo princípio da eficiência.

7. (FCC - 2024)

É comum associarem-se traços negativos ao modelo burocrático de Administração Pública, porém a análise crítica dos modelos de gestão pública costuma destacar pontos positivos do modelo, tais como

(A) estruturas mais horizontalizadas, com menor hierarquização.

(B) o controle de resultados em substituição a rotinas padronizadas.

(C) a meritocracia, impessoalidade e especialização da Administração.

(D) menos formalismo em comparação ao modelo patrimonialista.

(E) caráter instrumental da Administração e foco no cidadão.

8. (FCC - 2026)

O Direito Administrativo brasileiro, em sua evolução histórica, NÃO foi marcado

(A) por reformas constitucionais da Administração Pública, tampouco pelo abandono do modelo patrimonialista.

(B) pela influência do direito comunitário europeu no tocante a princípios tais como o da segurança jurídica, da subsidiariedade e da transparência.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO

1. (FCC - 2026)

Representa um dos objetivos do Plano Plurianual (PPA):

(A) fixar os limites das despesas de pessoal e o montante da dívida.

(B) estabelecer as diretrizes de política fiscal e respectivas metas.

(C) prever receitas e ficar despesas para o exercício.

(D) estabelecer diretrizes, objetivos e metas da administração pública.

(E) estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração pública.

2. (FCC - 2025)

No que concerne ao ciclo orçamentário, o Plano Plurianual possui caráter estruturante no estabelecimento de diretrizes e objetivos públicos, sendo que, na forma prevista na Constituição Federal de 1988,

(A) nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

(B) seu escopo restringe-se às metas relativas a despesas de capital decorrentes de programas de investimento cuja conclusão ultrapasse 2 exercícios, não englobando aquelas decorrentes dos programas de duração continuada.

(C) contempla o planejamento do endividamento público e a trajetória da dívida para o período de sua vigência (4 anos), cabendo ao mesmo estabelecer o limite da dívida pública consolidada em relação à receita corrente líquida projetada.

(D) deve conter anexo com as Metas Fiscais, estabelecendo a projeção de déficit ou superávit para o período a que se refere, bem assim a margem de incremento das despesas de caráter continuado e as decorrentes de renúncia fiscal.

(E) sua principal função consiste em estabelecer as estimativas de crescimento do produto interno bruto, para fins de balizamento das projeções de receita a serem consideradas na elaboração das Leis Orçamentárias Anuais, vedada a utilização de índices diversos.

3. (FCC - 2022)

O plano plurianual do governo federal constitui-se em instrumento do federalismo cooperativo brasileiro, uma vez que

(A) estabelece metas da política fiscal, às quais os orçamentos fiscais e de investimentos das estatais deverão se compatibilizar, reduzindo desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

(B) estabelece metas da política fiscal, às quais o orçamento da seguridade social deverá se compatibilizar, reduzindo desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

(C) estabelece diretrizes, objetivos e metas de forma regionalizada, aos quais o orçamento da seguridade social deverá se compatibilizar, reduzindo desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

(D) estabelece diretrizes, objetivos e metas de forma regionalizada, aos quais os orçamentos fiscais e de investimentos das estatais deverão se compatibilizar, reduzindo desigualdades inter-regionais, segundo critério etário.

(E) estabelece diretrizes, objetivos e metas de forma regionalizada, aos quais os orçamentos fiscais e de investimentos das estatais deverão se compatibilizar, reduzindo desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

4. (FCC - 2022)

O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) formam a gestão estratégica no setor público, no tocante à questão orçamentária. A LDO refere-se ao plano

(A) tático, gerencial, de médio prazo.

(B) operacional, de curto prazo.

(C) estratégico, de longo prazo.

(D) continuado, de curto prazo.

(E) integrado, unindo-se etapas de longo, médio e curto prazo.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

5. (FCC - 2026)

Ao projeto de Lei Orçamentária Anual cabe a apresentação de três tipos de emendas.

A emenda que propõe a redução da receita estimada em decorrência da aprovação de projeto de lei é classificada como emenda de

(A) apropriação.
(B) texto.
(C) despesa.
(D) receita.
(E) remanejamento.

6. (FCC - 2025)

Quanto ao Projeto de Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2026 de um ente público, a Constituição Federal de 1988 determina que

(A) o orçamento da seguridade social inclui receitas e despesas relativas à saúde, previdência e assistência social; enquanto o orçamento fiscal define metas fiscais para o período de 2026 a 2028, como os resultados primários e nominais.

(B) o orçamento da seguridade social contempla despesas com saúde e segurança social; enquanto o orçamento de investimento se destina a despesas das empresas públicas, podendo ser executado sem aprovação legislativa, desde que haja recursos disponíveis.

(C) as emendas a esse projeto podem ser aprovadas se indicarem os recursos necessários para a sua execução, sendo admitidas aquelas provenientes da anulação de despesas classificadas como Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes.

(D) as emendas de bancada a esse projeto podem ser aprovadas até o limite de 1,2% da receita corrente arrecadada no exercício financeiro de 2025, com a exigência de que metade desse percentual seja destinada a ações e serviços públicos de saúde.

(E) as emendas individuais a esse projeto podem ser aprovadas até o limite de 2% da receita corrente líquida do exercício financeiro de 2024, com a exigência de que a metade desse percentual seja destinada a ações e serviços públicos de saúde.

7. (FCC - 2025)

Utilize as informações seguintes para responder à questão.

As informações dos Quadros 1 e 2 fazem parte das receitas e despesas referentes ao exercício financeiro de 2024 de uma entidade pública municipal. Os valores estão expressos em Reais (R$).

Quadro 1: Receitas da Entidade Pública Municipal

Receita	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas
Alienação de Bens Móveis	200.000	200.000	180.000
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	140.000	141.500	150.000
Impostos	7.000.000	7.250.000	7.250.000
Operações de Crédito - Mercado Interno	500.000	500.000	700.000
Taxas	150.000	150.000	140.000
Total	**7.990.000**	**8.241.500**	**8.420.000**

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

NOÇÕES DE GESTÃO DE PESSOAS

1. (FCC - 2025)

Considere que determinada entidade pública esteja passando por um grande processo de mudança organizacional e, como estratégia para gerenciar esse processo, busca aplicar os conceitos predicados por Kurt Lewin sobre o tema. Com base nos estudos apresentados pelo referido autor, o processo de mudança envolverá uma etapa denominada recongelamento,

(A) que ocorre no início do processo de mudança, e quando os comportamentos e hábitos arraigados devem ser desmobilizados e é preciso criar um novo "molde" a ser adotado para à comportamento organizacional.

(B) na qual a mudança é estabilizada, ou seja, quando ocorre de fato a incorporação do novo comportamento na organização e as novas práticas se tornam a nova norma, o novo paradigma.

(C) apenas na hipótese em que o processo não tenha sido bem conduzido e a mudança não tenha sido completamente internalizada, constatando-se que os antigos paradigmas seguem presentes e o processo de mudança deve ser reiniciado.

(D) que representa o ponto crítico da mudança e se dá na fase intermediária do processo, quando o novo modelo é posto à prova e deverá ser feito o máximo esforço para a aceitação pelo grupo.

(E) que consiste em uma etapa meramente formal, na qual, já tendo sido estabilizada a mudança na etapa de "descongelamento", as normas e os regulamentos internos devem ser atualizados para refletir tal mudança.

2. (FCC - 2022)

Um dos principais teóricos do processo de mudança nas organizações, Kurt Lewin, preconiza que a mudança envolve três etapas, sendo a última delas denominada

(A) escalonização, na qual as novas práticas desejadas são introduzidas, porém sem, necessariamente, substituir todas as anteriores.

(B) descongelamento, onde se chega ao estágio em que as práticas arraigadas à organização são efetivamente eliminadas.

(C) espiral do conhecimento, quando a mudança é disseminada por toda a organização, culminando com sua internalização.

(D) escala gráfica, quando a mudança pode ser percebida e medida a partir de indicadores comportamentais.

(E) recongelamento, onde as novas ideias e práticas são incorporadas definitivamente como comportamento padronizado, sendo a etapa de estabilização da mudança.

3. (FCC - 2026)

Na análise SWOT ou FOFA, utilizada no planejamento estratégico, há

(A) identificação de forças e fraquezas, comparando o negócio a outros análogos.

(B) impossibilidade de qualquer ação positiva em ambiente incontrolável.

(C) consideração do ambiente externo do órgão, desconsiderando-se o interno.

(D) consideração de ameaças, não dando relevância a oportunidades.

(E) análise do ambiente interno, direcionando-se aos ambientes incontroláveis.

4. (FCC - 2022)

Considere que determinada entidade pública pretenda realizar planejamento estratégico, iniciando diagnóstico institucional a partir da utilização de uma Matriz Swot.

De acordo com tal abordagem, a avaliação do ambiente externo

(A) constitui dimensão não considerada na Matriz, porém relevante para sua aplicação na etapa de avaliação de resultados, quando deverá ser identificado o *benchmarking* da organização.

(B) afigura-se impertinente, na medida em que tal ferramenta se presta apenas a avaliar aspectos internos da organização, identificando seus pontos fortes e suas fraquezas.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

(C) é facultativa, por se tratar de Matriz realizada na fase de diagnóstico institucional, sendo determinante quando realizada na fase de fixação de metas, para fins de modulação de acordo com o cenário vigente.

(D) é relevante apenas para a definição da missão da organização, que corresponde aos ideais que a mesma deseja alcançar e como pretende ser reconhecida no ambiente em que atua.

(E) constitui uma das dimensões consideradas para elaboração da Matriz, que deve contemplar, além das forças e fraquezas da organização, também as oportunidades e ameaças apresentadas pelo ambiente em que se insere.

5. (FCC - 2021)

Os aspectos que devem necessariamente ser identificados para a construção de uma matriz SWOT correspondem

I. às forças e fraquezas presentes na organização.

II. às ameaças e oportunidades identificadas no ambiente.

III. ao mapeamento das competências existentes na organização.

IV. à participação nos lucros e resultados da organização. Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e III.

(B) I e II.

(C) III e IV.

(D) II e IV.

(E) II.

6. (FCC - 2025)

O líder deve reunir competências que lhe garantam um alto desempenho.

Dentre estas, destaca-se a competência denominada iteração, que consiste na capacidade de

(A) desenvolver políticas, serviços e produtos de forma incremental e experimental.

(B) compreender e direcionar os serviços que realiza na condição de agente público para solucionar a necessidade do cidadão.

(C) estabelecer a comunicação em contextos de constantes mudanças, estimulando o apoio de pessoas.

(D) desafiar o status quo, alterar padrões e estabelecer parcerias incomuns.

(E) garantir decisões orientadas e apoiadas em dados e evidências.

7. (FCC - 2023)

O modelo situacional desenvolvido por Paul Hersey e Kenneth BIanchard acerca da liderança sustenta que

(A) o nível de preparo técnico e psicológico dos subordinados não é relevante quando o líder é hábil e experiente.

(B) o estilo de liderança eficaz é aquele que melhor se adequa ao grau de maturidade dos subordinados.

(C) lideres carismáticos são os mais eficazes para obter resultados imediatos, pois conseguem aglutinar objetivos individuais e coletivos.

(D) a liderança diretiva é sempre a mais eficaz, pois conjuga orientação aos liderados com senso de responsabilidade individual.

(E) o que determina o melhor estilo de liderança é o binômio experiência do líder e estrutura da tarefa.

8. (FCC - 2023)

Uma das clássicas categorizações apresentadas pela doutrina acerca dos tipos de liderança consiste na classificação de estilo de liderança transacional e transformacional, apontando que

(A) a liderança transacional é pertinente apenas para organizações com alto grau de maturidade dos liderados, já que pressupõe uma liderança compartilhada.

(B) o método transformacional de liderança é baseado em uma atuação carismática e autocentrada do líder, em que não é levado em consideração o papel dos liderados.

(C) o líder que atua de forma transacional interage com os liderados em uma relação de troca, em que recompensas decorrem do atingimento de metas ou resultados.

(D) a liderança transformacional demanda um processo estruturado de mudança na organização, em que a autoridade do gestor é constantemente desafiada e depende dos resultados obtidos.

(E) a forma de atuação do líder transacional é focada na formação e aprimoramento dos liderados, objetivando o desenvolvimento de habilidades comportamentais para formar novas lideranças, não havendo preocupação com resultados no curto prazo.

apostilas opção

GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

